

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ
Redactor principal—CARLOS JOSÉ DE SOUSA
Prioridade da Confederação Geral do Trabalho
Editor—Carlos Maria Coelho

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA
ANO V—Número 1.473
Quinta-feira, 13 de Setembro de 1923
PREÇO—20 CENTAVOS

Redacção, Administração e Tipografia
Calçada do Combro, 28-A, 2.º Lisboa—PORTUGAL
TELEFONE—5339-0
Officinas de impressão—Rua da Atalaia, 114 e 115

UMA NOVA AMEAÇA

Um tipo de pão a 1\$60!

O ministro da Agricultura, vai por intermédio da Manutenção Militar, zombar dos interesses da população —

Polos vistos, o sr. ministro da agricultura é uma *boite à surprise*. Desagradáveis. Dir-se-ia que tomou sobre si o encargo de fulminar com prejuízos monetários a velocidade de que os consumidores estão possuídos; velocidade que consiste em ter direito ao pão, visto o amassarem na sua rude labuta diária.

Nesta época em que os assam-bardadores elevam com estupenda velocidade o preço dos gêneros, as necessidades fundamentais da população trabalhadora estão fortemente reduzidas. Tam-reduzidas, que esta questão do pão tornou-se para ele, uma questão máxima, aumentar o pão equivale a forçar o consumidor a diminuir a alimentação. Reconhecendo isso mesmo o Estado, uma vez que não conseguia, por razões de facilidade averiguação, reprimir os ímpetos de ganância de que a Moagem estava possuída, inscrevia no seu orçamento, uma verba respeitável, destinada a evitar que o preço do pão fosse a alturas inacessíveis para a magra bolsa do magro consumidor. Suprimiu-se essa verba no orçamento; quer dizer, acabou-se com o regime de pão político. Não protestamos contra a sua supressão visto nunca dele termos sido párdios. Mas, entendíamos que a supressão do pão político devia ser feita, de maneira a que o Estado reconhecesse o sacrifício que lhe impunha a sua manutenção, não deixaria de tomar em linha de conta que ao consumidor se não devia impor um sacrifício incomportável com as suas possibilidades monetárias. Que o Estado aliviasse a carga, nada tínhamos que ver; mas que ele descarregasse o peso dos seus ombros para cima dos consumidores é que não estava, e continua não estando certo.

A nossa pretensão era sensata. Queríamos que o governo reafirmasse a Moagem, tornando menos loucos os seus lucros. Esperávamos que a obrigassem a moderar a sua acção contra os consumi-

dores, respeitando-os um pouco, permitindo-lhes que eles pudessem adquirir o pão indispensável ao seu alimento. Mas não. O ministro da Agricultura, deu liberdade aos lobos da Moagem, estes abriram a guela dispostos a devorar os consumidores para maior glória dos seus dividendos. Sabendo o ministro que o pão se podia vender mais barato, permitiu que o preço se elevasse ao seu exagerado custo actual. As lérias por ele amassadas—cooperativas orgânicas do solo alimentadas pela seiva do subsídio do Estado—evoluíram-se. Só uma coisa o sr. Joaquim Ribeiro, afirmou com menor ou maior reticência. E' que se iria feita a legítima e justa vontade da população. E ele iria ao encontro dessa vontade satisfazendo-a, com a criação do tipo único.

Soubemos que o tipo único estava sendo estudado na Manutenção Militar. Tivemos imediatamente um certo scepticismo sobre a profundidade desse estudo. E afinal não nos enganamos.

Numa entrevista que ele ontem concedeu a um jornal da noite, lá vinha, com pormenores de estarrecedor, a estafada promessa do tipo único. Já adiantava o preço. Leitores: attemem nesta brincadeira do péssimo gosto. O tipo único vai custar 1\$60! A este preço não é o tipo único, é o tipo infâmico, o tipo impopular. E' um tipo único... de desfaçatez. A organização operária demonstrou e na ocasião própria, que se poderia criar um tipo único ao preço de 1\$20. O ministro, em resposta ameaça-nos—à sua promessa degenerou numa ameaça—com o tipo único a 1\$60. Reclamávamos um tipo único que beneficiasse os consumidores, e afinal vai surgir um tipo único que só os prejudica.

Na entrevista concedida, o próprio ministro exprime largas dúvidas sobre a sua medida. Diz ele que o lança à experiência, por descargo de consciência, estando convencido de que o tal tipo de pão não agradará ao público.

O convencimento do ministro prova que ele tem a consciência de que vai provocar protestos contra a sua decisão.

A sua descrença numa atitude favorável dos consumidores é tal que ele vai mandá-lo pôr à venda nos famosíssimos armazéns reguladores—reguladores da inutilidade, da ineficácia—o nas esquadras de polícia. O pão, vendido sob a vigilância do sabre! E' natural. Pois se o tipo único, constitua uma sabrada, vibrada pelo ministro na esperança e nos interesses dos consumidores.

O ministro continua mantendo-se firme na sua atitude. Nada de atender os consumidores. Até aqui tinha atentado contra os seus interesses. Agora indubria-os. O tipo único a 1\$60 é a segunda declaração de greve que o sr. Joaquim Ribeiro arremessa contra a população.

O tipo único tinha e terá as simpatias da população porque não só salvaguardava o princípio moral de que o pão é igual para todos, como, devido ao seu custo, asseguraria a sua aquisição. Criar um tipo único, da maneira como o sr. Ribeiro o pretende, é de truce destinado a esmagar essa justa aspiração. O tipo único que se reclamava baseava-se na sua qualidade e no seu preço; a qualidade devia ser boa, o preço teria de ser acessível. Criar tipo único ao preço de 1\$60 é convidar a população a não o adquirir. Se alguém pode ser favorecido com um tipo de pão a esse preço, não serão os consumidores, mas a Moagem. A Manutenção Militar viria assim tornar possível a existência do regime de quatro tipos. De resto essa instituição não poderá, fabricar pão em quantidade suficiente para a população. Ela criou-se para o exercício e não se adaptará facilmente a abastecer a cidade.

De modo que o tipo único com que o ministro da Agricultura nos ameaça, virá constituir mais um ataque à bolsa dos consumidores.

PÃO NOSSO...

Apesar da «intensiva fiscalização» do ministro, o pão tem um aspecto péssimo e é azedo e repugnante

Continuando:
Antes de mais nada peço uma ligeira rectificação à minha última carta. A minha má letra originou gralhas, ditas da qual, deve ler-se *carreio*; e onde se lê «é bom reclamar que quem estas coisas escreve», deve ler-se: «é bom reclamar que quem estas coisas escreve».

Isto posto, deixemos para outra oportunidade o «fomento agrícola», sobre o qual prometi fazer hoje uns reparos, para me ocupar de um facto que não admite delongas.

Foi o caso de me ser mostrado um pão comprado numa padaria para as bandas dos Anjos, de aspecto e qualidade que me causou um misto de revolta e de comeração.

Pouco antes do já famoso decreto sobre cereais, uma comissão, cujo nome não me lembro, foi enviada para que o ministro desse instruções para que se considerasse *proprio para consumo* (o passe ántico) aquela lama de consistência plástica; mas, depois da promessa formal e categorica do ministro, de maior e mais eficaz fiscalização, os factos autorizam-me a concluir que ou as autoridades desatam as ordens do ministro, ou os laboratórios que procedem às análises são incompetentes. Ou...

Eu entanto não faltam «fiscalizações» com conta aberta nos orçamentos das despesas públicas. Ele é a fiscalização dos produtos agrícolas; ele é a fiscalização dos abastecimentos; ele é a fiscalização da direcção geral de saúde, que parece feita com os 50 % de deficiencia sem farmacêuticos; que, segundo o «Século», parece Lisboa tem, para patriótica e filantropicamente nos fazerem, mercê duma epidemia de enterites e mais coisas acabadas em *ite*, que os alimentos são e são, como o pão do sr. ministro, costumam produzir no aparelho digestivo.

Mas se qualquer desses escravos, tiranizados por uma sociedade pusilulenta, apodados de mandrões, mas que a gente vê nessas ruas de Lisboa agarrados a uma picareta abrindo caboucos para canalizações, por lhe não sobrar da miséria jorna com que compre o pão para enganar o sabor requintado e delicioso do pão eficientemente fiscalizado, compra do melhor, o primeiro activo e diligente senhor que regressa do Terreiro do Paço onde foi em holocausto às predicas de certa imprensa—trabalhem para nos salvar!—e rasgos de heroísmo dignos de uma epopeia, assinar o ponto por avença de 30 dias, olha de soslaio e renga:—tratares que ganham pouco mas comem pão fino!

E continuarei.

Abílio da SILVA

GRANDE COMISSÃO PRO-A BATALHA

E lá já elaborado o programa da excursão a Setúbal que se realiza em 23 do corrente

A grande comissão pro-A Batalha, fundada ontem em assembleia geral, deu origem a uma excursão à linda cidade do Sado, em benefício do órgão dos trabalhadores, se realize definitivamente no domingo, 23 do corrente, com o seguinte programa:

Partida de Lisboa, às 7 horas e 20 minutos. A's 10 horas, na Associação Marítima, sessão de boas-vindas do proletariado setubalense aos excursionistas.

A's 12 horas, 1.ª refeição num apraivel local da encosta do Castelo de S. Filipe.

A's 14 horas, grande desafio de futebol no campo do Vitória, jogando o Carcavelinhos Futebol Club contra o 1.º team do Vitória.

A's 16 horas, interessante concerto musical pelas bandas da Sociedade Instrução e Recreio dos Calcetiros Municipais e da Sociedade Filarmónica Verde, seguindo-se a 2.ª refeição.

A's 20,30 horas, regresso a Lisboa.

AVISO

A grande comissão, tendo apreciado um officio da Direcção dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste em que comunica poder dispensar um comboio especial apenas para 480 passageiros, resolveu, no intuito de evitar que se vendam bilhetes em número superior àquella lotação, convidar os camaradas e estabelecimentos que tenham em seu poder bilhetes da excursão, a sustar immediatamente a sua venda, devendo entregá-los com a maior urgência a esta Comissão, para se poder fazer o balanço dos bilhetes vendidos. Para este efeito encontra-se todas as noites, das 21 às 23 horas, na Calçada do Combro, 38-A, 2.º, um delegado da grande comissão.

NOTAS & COMENTARIOS

PELA BENEFICENCIA

O Hospital de Evora

Agita-se o povo daquela cidade contra o procedimento do governo — A organização operária local promoveu uma reunião

Refrimo-nos há dias ao facto de o governo ter negado um subsídio ao Hospital da Misericórdia de Evora que está em risco de fechar por falta absoluta de recursos para se manter.

Como esta, outras instituições filantrópicas do país estão quasi a desaparecer porque a Assistência Pública, que foi criada como um dos pilares do regime, para não servir como se tem demonstrado, quando lhe compete distribuir por essas instituições as fabulosas quantias que são arrancadas a toda a gente e sob todos os pretextos. Hoje não há nada sobre que não incida uma contribuição para a Assistência e não obstante os hospitais, os asilos, etc., tem uma vida miserável.

Aquelas criaturas que durante uma vida inteira deram todo o seu esforço em benefício da comunidade, quando doentes ou incapacitados para o trabalho, necessitam dos melhores cuidados e solidariedade.

Presididamente nessa fase da vida é-lhes negado aquilo a que tem direito, apesar de ainda não ser o suficiente como seria para desear, e é-lhes negado porque os estabelecimentos respectivos não tem recursos, em virtude de não lhes facultarem aqueles que os recebem da bolsa de toda a gente que é obrigada a contribuir para esse fim.

Mas a população de Evora não deixará morrer os seus institutos.

E assim já começou por lavar o seu protesto que irá até onde as circunstâncias o determinarem.

Está disposto o povo daquela cidade a alienar a sua vida para salvar o Hospital da Misericórdia e a Casa Pia, instituições condenadas pelo governo a desaparecer.

E' uma campanha de humanidade contra o procedimento criminoso dos governantes democráticos que só se preocupam em perseguir trabalhadores, metendo-os em prisões infectas.

A organização operária de Evora fez distribuir um manifesto muito iludicativo, apelando para todos os homens de coração de todas as classes intelectuais e manuais para a acompanhar na sua cruzada a bem dos que necessitam de amparo nos dias trágicos da doença.

Esse manifesto refere-se à maneira como se legalizou o assalto aos bens do Hospital de Evora constituídos por propriedades e foros antes da desamortização.

E para que os leitores conheçam a qualidade desses bens, vamos transcrever desse manifesto os seguintes trechos:

Propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Evora antes da desamortização

HERDADES—Abrilonguinhos, Adalval, Albardão, Alamos de baixo e de cima, Almagem, Alvazil, Amoreirinha, Anilão, Anuadilha, Arosira de Baixo, Azambujeiro, Azinha (1.ª e 2.ª), Azinha de Vale do Pereiro, Baio, Barbosa, Benafede, Borrasteiro, Cabacos, Cachopinhos, Cacia ou Saltada, Camarrão, Carrapiteira, Carvalho, Chaminé, Corte Romeira, Courela da Formilha, Coval, Diege, Figueira, Fonte de Vale Diogo, Francelheirinha, Freixo do Salto, Freixos, Ganholreira, Gato Pedral, Hospital, Lameiras, Lázara, Lázara, Mercieiros ou Valadas de Patallim, Mourão ou Campo da Palheira, Monte das Pedras, Moura, Murteiros, Ouraio Amaro da Vinha, Ouraio do Fale, Pardelha, Parracilha, Parreira de S. Braz, Parreira de S. Manços, Pessanha, Pombal, Pôrto de Estremoz, Pousa-Farinha, Ribeira de Vide, Rigueira, Taboleiros, Vale de S. Martinho, Varandaa.

A Misericórdia tinha domínio útil no termo de Evora, em 20 freguesias, 4 hortas, 1 quinta e 2 prédios urbanos.

Possuía 327 foros impostos em casas, 26 em courelas, 31 em freguesias, 32 em herdades, 34 quintões e 4 pensões também em herdades, 2 foros em hortas, 2 em lagares, 11 em moinhos, 22 em oliveiras, 10 em pomares, 23 em quintas, 5 em quintais, 3 em cerrados, 6 em terras, 162 em vinhas e 1 em marinha.

Em 1877 a propriedade foi avaliada em 225.997\$400
Os foros, quintões, etc., 89.224\$446
315.221\$846

não incluindo algumas herdades, ainda não vendidas, por condições especiais dos legados, transformando em títulos da dívida pública, presentemente avaliados em 1.286 contos ao juro de 1,5 % que paga ao Hospital e com mais algumas pequenas receitas eventuais duma receita aproximada a 50 contos, quantia irrisória para fazer face às despesas hospitalares, já na hora desoladora que passa, em que a carestia da vida, manifestação concludente da usura rápida que assolou Portugal e ameaça reduzir-nos ao desmoronamento da actual ordem social.

São necessários 300 contos anuais para muito parcimonialmente poder subsistir o Hospital e Casa Pia.

Direitos iniludíveis tem o povo desta cidade para exigir do governo o cumprimento deste dever visto que aqui se cobram 400 contos de réis para a Assistência Pública, não devendo o povo de Evora, por este motivo, sancionar com a sua indiferença o encerramento das poucas casas de beneficência que ainda existem.

Uma importante reunião na U. S. O.

Para tratar de tão momentoso assunto, e a convite da U. S. O. daquella cidade, efectuouse na segunda-feira uma importante reunião do proletariado evorense.

Falaram vários oradores que são unanimemente em condenar a atitude do governo que não se preocupa em tratar de assuntos de assistência, visto que apenas se incomoda em esbanjar dinheiro à larga para coisas sem utilidade pública ou ainda em proveito de clientelas políticas.

Salientaram o facto de naquela cidade se cobrarem 400.000\$000 para a Assistência, ficando ali apenas a bagatela de 15.000\$000, quando são necessários, pelo menos, 300.000\$000.

O povo demonstrou naquela reunião que está disposto a ir até onde for necessário, deliberando-se aguardar a resposta do governo, e se esta não for satisfatória efectuar-se-á um comício público, a fim de resolver o caminho a seguir.

Solidariedade! Cínica moralidade

Os grevistas de S. Pedro da Cova devem ser apoiados por todos os proletários

A policia, desvairadamente, julga ver, em todos os operários, indivíduos perigosos à sociedade

Estão em greve os mineiros de S. Pedro da Cova. O seu movimento é justíssimo. Os mineiros são, talvez, os trabalhadores mais sacrificados de todo o país. Há mineiros em S. Pedro da Cova a quem a empresa exploradora paga ainda o irrisório salário de 4\$50!

A greve prossegue com entusiasmo, animando extraordinariamente a sua resistência a razão que assiste às suas reclamações. Mas o movimento ameaça prolongar-se, devido à relutância que os directores da mina manifestam em atender as reclamações dos mineiros.

E' certo que a energia dos mineiros se encontra duplicada pela razão de que estão possuídos. Porém, não menos certo deixa de ser que os mineiros não podem ficar isolados na luta travada com os seus exploradores. A atitude que os mineiros assumiram em face daqueles que os exploram, deve merecer a simpatia da classe operária. Esta tem o dever de os amparar na luta, evitar que eles sucumbam por falta de auxilio.

Está, actualmente, funcionando uma cosinha comunista que distribui, diariamente, quatrocentas refeições. A verba que assegura a existência dessa cosinha está prestes a esgotar-se. Com o esgotamento da verba, acabar-se-á a cosinha. Desaparecendo esta diminuirão as suas facilidades de resistência e, portanto, de triunfo.

O dever da classe operária, no actual momento, seria o de contribuir para que a cosinha comunista possa continuar a exercer a sua missão, a fim de que os seus irmãos de S. Pedro da Cova não fiquem condenados a entregar-se, por falta de recursos.

Se o proletariado quizer auxiliar os mineiros de S. Pedro da Cova, contribuindo com gêneros e dinheiro para a continuação da sua resistência e a obtenção da sua vitória terá concedido a sua solidariedade a um dos mais justos movimentos grevistas do país.

Os leitores lembram-se, certamente, das acusações sinistras, terrificantes, assazadas aos presos a quando das suas capturas.

Todos eles eram bombistas perigosos, criminosos da pior espécie, que era necessário exterminar para defesa da República e segurança dos pátrios lares. A imprensa, essa estereotipada nau-sebunda que para si se arrasta ressumando pús por todos os poros, agitou-os como espantalhos aos olhos dos seus leitores ignaros, pedindo, para eles, as mais severas penalidades contidas no código.

Instigados e apoiados por essa imprensa, os bilhres que no Governo Civil assentaram arrais, cometeram toda a casta de patafarias, praticaram as maiores infâmias.

Fizeram-se prisões arbitrárias, sem motivo algum que as justificasse. Mais duma centena de proletários foi expiar a S. Julião da Barra o grande e horrível crime de se encontrarem em liberdade.

No Governo Civil, numa fria barbaresca que enoja e indigna, fizeram-se mil e uma atrocidades, tendo ali sido espancados cobardemente todos aqueles que tiveram a desdita de lá cair.

Os agentes que mais se distinguiram nessas operações, verdadeiramente selváticas, foram elogiados nas colunas dos grandes periódicos e apresentados à opinião pública como excepcionais deictivos, pobres sacrificados velando dia e noite pela boa paz e segurança dos cidadãos.

Esse «Malhado»—malhado na alma e na consciência—que tem a pesar-lhe na consciência a torpe cumplicidade na morte do malgrado Guilherme Lima, foi elevado por essa imprensa venal aos pináculos do infinito.

Reptil mesquinho, alma venenosa de espírito, escarro nojento duma sociedade corrompida, a sua consciência é uma cloaca imunda de dejectos mal contidos.

Figura abjecta de tarado, a sua maldade corre parelhas com a sua estupidez.

No entanto, apesar de todas as suas propensões serem conhecidas de toda a gente, a imprensa continua chamando-lhe agente obscuro e dedicado, duma extraordinária firmeza e sagacidade.

Agente obscuro e dedicado! Mas quem há aí que não conheça o «Malhado», esse monstro de sentimentos perversos que um regime de lama e latrocinio transformou em agente da segurança do tacho?!

Qual foi afinal a obra deste poltrão para que a imprensa o considere duma extraordinária firmeza e sagacidade? Prender uma centena de operários? Mas isso é, ao contrário, uma tremenda arbitrariedade, posto que esses operários se encontram há mais de dois meses sem culpa formada.

Ainda anteontem foi restituído à liberdade um operário, que se encontrava acusado de ser o autor de, nada menos, de sete atentados! Pasmal oh! espantadas gentes!!! Sete atentados, e, afinal, o referido indivíduo foi restituído à liberdade!

Não deixou, contudo, de estar encarcerado durante quarenta e seis longos dias. Como este, muitos indivíduos se encontram com as mais disparatas acusações. Calculem os leitores que o Ezequiel Seigo, um pobre diabo incapaz de fazer mal a uma mosca, estava acusado de participar em desassete atentados. Desassete atentados, concordemos que é demais para um homem só. E, se de facto, ele havia tomado parte em desassete atentados, como é que só agora a sagacidade da nossa policia conseguiu descobrir um grande rosário de crimes?

Todos os fugitivos de São Julião da Barra, são acusados de cumplicidade num elevado número de atentados.

Mas então a policia sabia tudo isso e fazia catilha do caso? A ser assim a cumplicidade da policia é manifesta. Conclui-se pois, que toda esta enorme febre de prender, não passa duma autêntica fantechoada. Fantechoada que causaria o riso se os seus resultados não fossem funestos para os presos e suas famílias.

Como os leitores estão vendo, a extraordinária firmeza e sagacidade da nossa policia reside nas suas arbitrariedades. O seu valor aumenta na razão directa dos seus espancamentos. E por que, desta vez, o governo civil se converteu numa nova e bárbara inquisição, com espancamentos e torturas à farta, vá de chamar nomes bonitos a todos os bandalhos que, seguros da impunidade, ali cometem as maiores vilezas e toda a casta de atrocidades.

O mais curioso, porém, é que são os órgãos republicanos aqueles que tanto se indignaram contra os espancamentos do desembrismo, os que mais aplaudem esta linda situação.

Depois quando a policia perigar, mercê destas e doutas arbitrariedades identicas, ainda terão coragem de vir, com lágrimas de crocodilo, pedir o auxilio do proletariado. Eu sei lá!... De tudo são capazes.

Arre, malandros!...

João GONÇALVES

Os sem trabalho

LONDRES, 12.—O ministério do Trabalho anuncia que o número de pessoas que na Gran-Bretanha se encontravam sem trabalho no começo de Setembro era de 1.233.300. Em 5.100 mais do que na semana anterior. O número dos que trabalhavam pouco tempo era de 72.800 contra 67.900 na semana anterior.

REUNIÕES CORPORATIVAS

O 8.º Congresso dos Empregados no Comércio

São apreciadas as teses "Métodos de luta" "Descanso Dominical" e "Relações Nacionais"

Julgávamos que o incidente levantado na sessão anterior ficaria resolvido. Os factos, porém, que se seguiram, encerraram-se de nos demonstrar o contrário. Eram 12 horas e meia e a mesa, bem como a maioria dos delegados do sul, ainda não tinham aparecido. Por todos os congressistas presentes corre a nova de que a maioria destes delegados tinha, efectivamente, durante o jantar, resolvido a não mais comparecer ao congresso. Esta atitude é asperamente comentada, notando-se uma certa agitação. Reclama-se que a sessão seja reaberta com nova mesa, a qual, depois da Fausto Gonçalves, representante da zona sul, haver chegado e confirmado a resolução inesperada dos delegados indirectos do sul e alguns directos que com aqueles se solidarizaram, ficam assim constituída: Costa Azevedo, presidente; Eduardo Relvas e Carlos Romano Rodrigues, secretários. Foram lidos estes telegramas de solidariedade de José Antonio Sousa; Artur Bastos, fazendo votos pela adesão a Moscú; Associação de Classe dos Chauffeurs de Portugal; Jornal «A Tribuna do Chauffeur»; Federação de Coimbra; Federação Metalúrgica, desejando unidade sindical; Encarnação da Fonseca, da Guarda; Associação dos Caixeiros de Beja; Pereira Patrício, de Olhão; António Sérgio, de Lisboa; Caixeiros de Santarém, desejando triunfo da Internacional de Berlim; Sindicato do Pessoal do Arsenal do Evêricto, fazendo votos tanto pela unidade nacional, como pela internacional; Associação dos Empregados no Comércio de Lourenço Marques; Pinto, Tavares, Sousa, Antunes, Ribeiro, Paz, Matos, Marques Reis, Langinha, Arnaldo, Carlos Rodrigues, Costa Gomes, Lampreia e Vergílio, todos desejando que a classe se enfileire ao lado de Berlim junto com as demais corporações profissionais; Federação Marítima; Comissão reorganizadora da Associação dos Empregados no Comércio de Coruche, representantes do comércio de Coimbra; Manuel Moreira António Machado, do Porto.

Ofícios: S. U. Metalúrgico, U. Sindicatos, S. U. do Vestuário, S. U. do Mobiliário, S. U. C. Civil, Sindicato U. C. C. e Peles, e Associação dos Litógrafos do Porto, Federações dos operários mobiliários e construção civil, Delegação Confederal do norte, Conselho Inter-federal do Livro e do Jornal, Comitês do norte das federações de calçado, couros e peles e marítima, e do Grémio Empregados no Comércio da Régua. Um postal de Gonçalves Correia, de Setúbal, e um cartão de visita de Armando Gonçalves, guardalivros.

A maioria dos delegados do Sul delibera abandonar o Congresso. Lido todo o expediente, Fausto Gonçalves, como delegado da Junta Sul, refere-se, profundamente magado, à atitude da maioria dos delegados do Sul. Podem tornar a acusar, agora com mais pretexto, a deliberação da Junta Sul. Escolher tantos delegados indirectos, mas a questão já se não resolve, embora para isso houvesse toda a boa vontade. Os camaradas do Sul que resolveram não voltar ao Congresso fizeram-no porque se julgaram ofendidos pelo facto de se chegar a afirmar que o Congresso não tinha aquele valor moral em consequência de não haver tantas delegações indirectas. A Junta Sul, se escolheu aqueles delegados foi-lhe um intento de trazer militantes experimentados, que melhor conhecessem a psicologia das localidades por onde passassem e, portanto, melhor tratassem dos trabalhos do Congresso. Lamenta que os considerassem como vindos com má fé. Os delegados em questão resolveram, assinar uma declaração a enviar ao Congresso; ele, porém, não assinou, porque entende que todos os militantes dignos deste nome devem ter a bombridade de resolver as questões nos seus lugares próprios e, portanto, os delegados em referência deviam vir ao Congresso junto dos seus camaradas cuidar do caso e não abandoná-lo. Reconhece que não sente coragem de ir para Lisboa sem o Congresso terminar, sendo de opinião que se vá instar pela competência daqueles camaradas, a fim dos trabalhos prosseguirem.

Fausto Gonçalves move-se e as lágrimas surgem-lhe nos olhos, emocionando o Congresso.

Luis António de Carvalho acha fantástico tudo quanto se passa, nunca vira coisas semelhantes em qualquer outro Congresso. Existem irreduzibilidades, mas a opinião do norte prevalece. Os delegados do norte dão-se por vencidos e não por convencidos, limitando-se, não a retirarem-se do Congresso, mas a abstêm-se da discussão do resto dos estatutos federais. E dos próprios delegados do sul, que parte um alívio de solução que é aceite. Mas quando se julga que tudo está sanado, que tudo vai entrar em boa harmonia, com espanto se verifica que a maioria dos elementos do sul resolve retirar-se por uma maneira muito estranha. Por aqui se constata também que o que esses delegados traziam para ser imposta previamente, preparada para ser imposta ao Congresso. E como os militantes do norte se mantiveram dignos e conscientes dentro da sua posição, a maioria dos representantes do sul resolveu retroceder com prejuízo para a própria organização, o que quasi equivale a uma traição.

Em face de tudo isto, e ainda para dignidade da organização e para seu prestígio, deve continuar o Congresso com o número de delegados presentes, pois que a responsabilidade dos factos consumados irá àqueles que mais tarde serão julgados nos seus actos de militância.

Inácio Vaz da Cruz declara que se os delegados do sul foram vexados, primeiramente foram os do norte, reparando também que se tem abusado do poder da votação. Reconhece que Fausto Gonçalves veio ao Porto sinceramente tratar dos assuntos relativos aos interesses da classe. Mas outros, por baixo desses assuntos, traziam um fim reservado, procurando aproveitar-se do Congresso para questões políticas e filosóficas. O caso presente dá lugar à confirmação.

E' apresentada uma proposta que nomeia uma comissão a fim de procurar os congressistas ausentes para que eles voltem ao Congresso. Nessa comissão estava indicado o nome de Santos Arranha, o qual perentoriamente se recusa a tomar parte nela.

São apreciadas as teses "Métodos de luta" "Descanso Dominical" e "Relações Nacionais"

João Ferreira Cabecinha imputa a responsabilidade do conflito a ambas as partes. De princípio notou que existia qualquer coisa de estranho. Os acontecimentos, porém, agravaram-se com as intrinsecas que se foram acentuando. Se elas não fossem tão pronunciadas, certamente não se chegava a esta lamentável situação.

Depois de mais alguns congressistas se pronunciarem sobre a questão, fica resolvido que o Congresso prosiga com o número de delegados presentes, entrando em discussão, a requerimento de Luis António de Carvalho, as conclusões da tese "Métodos de luta", usando da palavra o relator, João Cabecinha. Lino, Luis Carvalho e Eduardo Relvas, o qual propõe, e é aprovado, a eliminação da conclusão 3.ª, ficando prejudicada a 4.ª.

Luis António de Carvalho requer que a tese "Sobre deficiências da organização e meios de combater" seja dada o mesmo destino que levaram as teses "Nova estrutura da organização" e o "Projecto de estatutos". Unanimemente é aprovado.

Serve-se a tese "Caixa de auxilio aos caixeiros".

João Cabecinha fôr encarregado, pelo autor, de defender a tese. Mas mesmo reconheça as boas intenções do referido autor, acha impraticável a doutrina da tese, merecendo as suas grandes deficiências.

Vieira Alves, em vista da tese estabelecendo colaboração com patrões, delegados do governo, etc., entende que ela não deve ser discutida, conquanto também reconheça as boas intenções de Oliveira Lanza.

Elisio Esteves apresenta uma moção pela qual, ouvidas as explicações de Cabecinha, o Congresso passa ao resto da ordem dos trabalhos, discutindo-se as conclusões da tese "Descanso Dominical", de Inácio Vaz da Cruz. Depois de falarem vários congressistas e o secretário geral da C. G. T., um combatente da colaboração com o Estado na manufatura de leis, outros defendendo-a como uma necessidade imediata para a execução do descanso em todo o país — foram aprovadas as conclusões da tese, com emendas apenas nas alíneas b) e d) da 3.ª conclusão. A redacção da alínea b) fica desta maneira: "Sempre que o Estado solicite indicações para o restabelecimento legal do descanso, ser-lhe-ão fornecidas". A alínea d) corta-se-lhes as frases: "por representações e telegramas ao parlamento, assinadas pelo maior número possível de caixeiros e marçanços", e acrescenta-se, no fim estas palavras: "dentro da coerência da acção directa".

As "Relações Nacionais", depois de manifestada a discordância de Elisio Esteves com o artigo 3.º e discutida ponderadamente a necessidade dos empregados no comércio continuarem a denegar o benefício da "Caixa de Solidariedade", são, por proposta de Eduardo Relvas, aprovadas por aclamação e entre vivas à C. G. T., seguindo-se as "Relações Internacionais".

Em face de tudo isto, e ainda para dignidade da organização e para seu prestígio, deve continuar o Congresso com o número de delegados presentes, pois que a responsabilidade dos factos consumados irá àqueles que mais tarde serão julgados nos seus actos de militância.

E' apresentada uma proposta que nomeia uma comissão a fim de procurar os congressistas ausentes para que eles voltem ao Congresso. Nessa comissão estava indicado o nome de Santos Arranha, o qual perentoriamente se recusa a tomar parte nela.

São apreciadas as teses "Métodos de luta" "Descanso Dominical" e "Relações Nacionais"

João Ferreira Cabecinha imputa a responsabilidade do conflito a ambas as partes. De princípio notou que existia qualquer coisa de estranho. Os acontecimentos, porém, agravaram-se com as intrinsecas que se foram acentuando. Se elas não fossem tão pronunciadas, certamente não se chegava a esta lamentável situação.

Depois de mais alguns congressistas se pronunciarem sobre a questão, fica resolvido que o Congresso prosiga com o número de delegados presentes, entrando em discussão, a requerimento de Luis António de Carvalho, as conclusões da tese "Métodos de luta", usando da palavra o relator, João Cabecinha. Lino, Luis Carvalho e Eduardo Relvas, o qual propõe, e é aprovado, a eliminação da conclusão 3.ª, ficando prejudicada a 4.ª.

Luis António de Carvalho requer que a tese "Sobre deficiências da organização e meios de combater" seja dada o mesmo destino que levaram as teses "Nova estrutura da organização" e o "Projecto de estatutos". Unanimemente é aprovado.

Serve-se a tese "Caixa de auxilio aos caixeiros".

João Cabecinha fôr encarregado, pelo autor, de defender a tese. Mas mesmo reconheça as boas intenções do referido autor, acha impraticável a doutrina da tese, merecendo as suas grandes deficiências.

Vieira Alves, em vista da tese estabelecendo colaboração com patrões, delegados do governo, etc., entende que ela não deve ser discutida, conquanto também reconheça as boas intenções de Oliveira Lanza.

Elisio Esteves apresenta uma moção pela qual, ouvidas as explicações de Cabecinha, o Congresso passa ao resto da ordem dos trabalhos, discutindo-se as conclusões da tese "Descanso Dominical", de Inácio Vaz da Cruz. Depois de falarem vários congressistas e o secretário geral da C. G. T., um combatente da colaboração com o Estado na manufatura de leis, outros defendendo-a como uma necessidade imediata para a execução do descanso em todo o país — foram aprovadas as conclusões da tese, com emendas apenas nas alíneas b) e d) da 3.ª conclusão. A redacção da alínea b) fica desta maneira: "Sempre que o Estado solicite indicações para o restabelecimento legal do descanso, ser-lhe-ão fornecidas". A alínea d) corta-se-lhes as frases: "por representações e telegramas ao parlamento, assinadas pelo maior número possível de caixeiros e marçanços", e acrescenta-se, no fim estas palavras: "dentro da coerência da acção directa".

As "Relações Nacionais", depois de manifestada a discordância de Elisio Esteves com o artigo 3.º e discutida ponderadamente a necessidade dos empregados no comércio continuarem a denegar o benefício da "Caixa de Solidariedade", são, por proposta de Eduardo Relvas, aprovadas por aclamação e entre vivas à C. G. T., seguindo-se as "Relações Internacionais".

Em face de tudo isto, e ainda para dignidade da organização e para seu prestígio, deve continuar o Congresso com o número de delegados presentes, pois que a responsabilidade dos factos consumados irá àqueles que mais tarde serão julgados nos seus actos de militância.

E' apresentada uma proposta que nomeia uma comissão a fim de procurar os congressistas ausentes para que eles voltem ao Congresso. Nessa comissão estava indicado o nome de Santos Arranha, o qual perentoriamente se recusa a tomar parte nela.

São apreciadas as teses "Métodos de luta" "Descanso Dominical" e "Relações Nacionais"

João Ferreira Cabecinha imputa a responsabilidade do conflito a ambas as partes. De princípio notou que existia qualquer coisa de estranho. Os acontecimentos, porém, agravaram-se com as intrinsecas que se foram acentuando. Se elas não fossem tão pronunciadas, certamente não se chegava a esta lamentável situação.

Depois de mais alguns congressistas se pronunciarem sobre a questão, fica resolvido que o Congresso prosiga com o número de delegados presentes, entrando em discussão, a requerimento de Luis António de Carvalho, as conclusões da tese "Métodos de luta", usando da palavra o relator, João Cabecinha. Lino, Luis Carvalho e Eduardo Relvas, o qual propõe, e é aprovado, a eliminação da conclusão 3.ª, ficando prejudicada a 4.ª.

Luis António de Carvalho requer que a tese "Sobre deficiências da organização e meios de combater" seja dada o mesmo destino que levaram as teses "Nova estrutura da organização" e o "Projecto de estatutos". Unanimemente é aprovado.

Serve-se a tese "Caixa de auxilio aos caixeiros".

João Cabecinha fôr encarregado, pelo autor, de defender a tese. Mas mesmo reconheça as boas intenções do referido autor, acha impraticável a doutrina da tese, merecendo as suas grandes deficiências.

Vieira Alves, em vista da tese estabelecendo colaboração com patrões, delegados do governo, etc., entende que ela não deve ser discutida, conquanto também reconheça as boas intenções de Oliveira Lanza.

Elisio Esteves apresenta uma moção pela qual, ouvidas as explicações de Cabecinha, o Congresso passa ao resto da ordem dos trabalhos, discutindo-se as conclusões da tese "Descanso Dominical", de Inácio Vaz da Cruz. Depois de falarem vários congressistas e o secretário geral da C. G. T., um combatente da colaboração com o Estado na manufatura de leis, outros defendendo-a como uma necessidade imediata para a execução do descanso em todo o país — foram aprovadas as conclusões da tese, com emendas apenas nas alíneas b) e d) da 3.ª conclusão. A redacção da alínea b) fica desta maneira: "Sempre que o Estado solicite indicações para o restabelecimento legal do descanso, ser-lhe-ão fornecidas". A alínea d) corta-se-lhes as frases: "por representações e telegramas ao parlamento, assinadas pelo maior número possível de caixeiros e marçanços", e acrescenta-se, no fim estas palavras: "dentro da coerência da acção directa".

As "Relações Nacionais", depois de manifestada a discordância de Elisio Esteves com o artigo 3.º e discutida ponderadamente a necessidade dos empregados no comércio continuarem a denegar o benefício da "Caixa de Solidariedade", são, por proposta de Eduardo Relvas, aprovadas por aclamação e entre vivas à C. G. T., seguindo-se as "Relações Internacionais".

Em face de tudo isto, e ainda para dignidade da organização e para seu prestígio, deve continuar o Congresso com o número de delegados presentes, pois que a responsabilidade dos factos consumados irá àqueles que mais tarde serão julgados nos seus actos de militância.

E' apresentada uma proposta que nomeia uma comissão a fim de procurar os congressistas ausentes para que eles voltem ao Congresso. Nessa comissão estava indicado o nome de Santos Arranha, o qual perentoriamente se recusa a tomar parte nela.

São apreciadas as teses "Métodos de luta" "Descanso Dominical" e "Relações Nacionais"

João Ferreira Cabecinha imputa a responsabilidade do conflito a ambas as partes. De princípio notou que existia qualquer coisa de estranho. Os acontecimentos, porém, agravaram-se com as intrinsecas que se foram acentuando. Se elas não fossem tão pronunciadas, certamente não se chegava a esta lamentável situação.

Depois de mais alguns congressistas se pronunciarem sobre a questão, fica resolvido que o Congresso prosiga com o número de delegados presentes, entrando em discussão, a requerimento de Luis António de Carvalho, as conclusões da tese "Métodos de luta", usando da palavra o relator, João Cabecinha. Lino, Luis Carvalho e Eduardo Relvas, o qual propõe, e é aprovado, a eliminação da conclusão 3.ª, ficando prejudicada a 4.ª.

Luis António de Carvalho requer que a tese "Sobre deficiências da organização e meios de combater" seja dada o mesmo destino que levaram as teses "Nova estrutura da organização" e o "Projecto de estatutos". Unanimemente é aprovado.

Serve-se a tese "Caixa de auxilio aos caixeiros".

João Cabecinha fôr encarregado, pelo autor, de defender a tese. Mas mesmo reconheça as boas intenções do referido autor, acha impraticável a doutrina da tese, merecendo as suas grandes deficiências.

Vieira Alves, em vista da tese estabelecendo colaboração com patrões, delegados do governo, etc., entende que ela não deve ser discutida, conquanto também reconheça as boas intenções de Oliveira Lanza.

Elisio Esteves apresenta uma moção pela qual, ouvidas as explicações de Cabecinha, o Congresso passa ao resto da ordem dos trabalhos, discutindo-se as conclusões da tese "Descanso Dominical", de Inácio Vaz da Cruz. Depois de falarem vários congressistas e o secretário geral da C. G. T., um combatente da colaboração com o Estado na manufatura de leis, outros defendendo-a como uma necessidade imediata para a execução do descanso em todo o país — foram aprovadas as conclusões da tese, com emendas apenas nas alíneas b) e d) da 3.ª conclusão. A redacção da alínea b) fica desta maneira: "Sempre que o Estado solicite indicações para o restabelecimento legal do descanso, ser-lhe-ão fornecidas". A alínea d) corta-se-lhes as frases: "por representações e telegramas ao parlamento, assinadas pelo maior número possível de caixeiros e marçanços", e acrescenta-se, no fim estas palavras: "dentro da coerência da acção directa".

As "Relações Nacionais", depois de manifestada a discordância de Elisio Esteves com o artigo 3.º e discutida ponderadamente a necessidade dos empregados no comércio continuarem a denegar o benefício da "Caixa de Solidariedade", são, por proposta de Eduardo Relvas, aprovadas por aclamação e entre vivas à C. G. T., seguindo-se as "Relações Internacionais".

Em face de tudo isto, e ainda para dignidade da organização e para seu prestígio, deve continuar o Congresso com o número de delegados presentes, pois que a responsabilidade dos factos consumados irá àqueles que mais tarde serão julgados nos seus actos de militância.

E' apresentada uma proposta que nomeia uma comissão a fim de procurar os congressistas ausentes para que eles voltem ao Congresso. Nessa comissão estava indicado o nome de Santos Arranha, o qual perentoriamente se recusa a tomar parte nela.

São apreciadas as teses "Métodos de luta" "Descanso Dominical" e "Relações Nacionais"

João Ferreira Cabecinha imputa a responsabilidade do conflito a ambas as partes. De princípio notou que existia qualquer coisa de estranho. Os acontecimentos, porém, agravaram-se com as intrinsecas que se foram acentuando. Se elas não fossem tão pronunciadas, certamente não se chegava a esta lamentável situação.

Depois de mais alguns congressistas se pronunciarem sobre a questão, fica resolvido que o Congresso prosiga com o número de delegados presentes, entrando em discussão, a requerimento de Luis António de Carvalho, as conclusões da tese "Métodos de luta", usando da palavra o relator, João Cabecinha. Lino, Luis Carvalho e Eduardo Relvas, o qual propõe, e é aprovado, a eliminação da conclusão 3.ª, ficando prejudicada a 4.ª.

Luis António de Carvalho requer que a tese "Sobre deficiências da organização e meios de combater" seja dada o mesmo destino que levaram as teses "Nova estrutura da organização" e o "Projecto de estatutos". Unanimemente é aprovado.

Serve-se a tese "Caixa de auxilio aos caixeiros".

João Cabecinha fôr encarregado, pelo autor, de defender a tese. Mas mesmo reconheça as boas intenções do referido autor, acha impraticável a doutrina da tese, merecendo as suas grandes deficiências.

Vieira Alves, em vista da tese estabelecendo colaboração com patrões, delegados do governo, etc., entende que ela não deve ser discutida, conquanto também reconheça as boas intenções de Oliveira Lanza.

Elisio Esteves apresenta uma moção pela qual, ouvidas as explicações de Cabecinha, o Congresso passa ao resto da ordem dos trabalhos, discutindo-se as conclusões da tese "Descanso Dominical", de Inácio Vaz da Cruz. Depois de falarem vários congressistas e o secretário geral da C. G. T., um combatente da colaboração com o Estado na manufatura de leis, outros defendendo-a como uma necessidade imediata para a execução do descanso em todo o país — foram aprovadas as conclusões da tese, com emendas apenas nas alíneas b) e d) da 3.ª conclusão. A redacção da alínea b) fica desta maneira: "Sempre que o Estado solicite indicações para o restabelecimento legal do descanso, ser-lhe-ão fornecidas". A alínea d) corta-se-lhes as frases: "por representações e telegramas ao parlamento, assinadas pelo maior número possível de caixeiros e marçanços", e acrescenta-se, no fim estas palavras: "dentro da coerência da acção directa".

As "Relações Nacionais", depois de manifestada a discordância de Elisio Esteves com o artigo 3.º e discutida ponderadamente a necessidade dos empregados no comércio continuarem a denegar o benefício da "Caixa de Solidariedade", são, por proposta de Eduardo Relvas, aprovadas por aclamação e entre vivas à C. G. T., seguindo-se as "Relações Internacionais".

Em face de tudo isto, e ainda para dignidade da organização e para seu prestígio, deve continuar o Congresso com o número de delegados presentes, pois que a responsabilidade dos factos consumados irá àqueles que mais tarde serão julgados nos seus actos de militância.

E' apresentada uma proposta que nomeia uma comissão a fim de procurar os congressistas ausentes para que eles voltem ao Congresso. Nessa comissão estava indicado o nome de Santos Arranha, o qual perentoriamente se recusa a tomar parte nela.

São apreciadas as teses "Métodos de luta" "Descanso Dominical" e "Relações Nacionais"

João Ferreira Cabecinha imputa a responsabilidade do conflito a ambas as partes. De princípio notou que existia qualquer coisa de estranho. Os acontecimentos, porém, agravaram-se com as intrinsecas que se foram acentuando. Se elas não fossem tão pronunciadas, certamente não se chegava a esta lamentável situação.

Depois de mais alguns congressistas se pronunciarem sobre a questão, fica resolvido que o Congresso prosiga com o número de delegados presentes, entrando em discussão, a requerimento de Luis António de Carvalho, as conclusões da tese "Métodos de luta", usando da palavra o relator, João Cabecinha. Lino, Luis Carvalho e Eduardo Relvas, o qual propõe, e é aprovado, a eliminação da conclusão 3.ª, ficando prejudicada a 4.ª.

Luis António de Carvalho requer que a tese "Sobre deficiências da organização e meios de combater" seja dada o mesmo destino que levaram as teses "Nova estrutura da organização" e o "Projecto de estatutos". Unanimemente é aprovado.

Serve-se a tese "Caixa de auxilio aos caixeiros".

João Cabecinha fôr encarregado, pelo autor, de defender a tese. Mas mesmo reconheça as boas intenções do referido autor, acha impraticável a doutrina da tese, merecendo as suas grandes deficiências.

Vieira Alves, em vista da tese estabelecendo colaboração com patrões, delegados do governo, etc., entende que ela não deve ser discutida, conquanto também reconheça as boas intenções de Oliveira Lanza.

Elisio Esteves apresenta uma moção pela qual, ouvidas as explicações de Cabecinha, o Congresso passa ao resto da ordem dos trabalhos, discutindo-se as conclusões da tese "Descanso Dominical", de Inácio Vaz da Cruz. Depois de falarem vários congressistas e o secretário geral da C. G. T., um combatente da colaboração com o Estado na manufatura de leis, outros defendendo-a como uma necessidade imediata para a execução do descanso em todo o país — foram aprovadas as conclusões da tese, com emendas apenas nas alíneas b) e d) da 3.ª conclusão. A redacção da alínea b) fica desta maneira: "Sempre que o Estado solicite indicações para o restabelecimento legal do descanso, ser-lhe-ão fornecidas". A alínea d) corta-se-lhes as frases: "por representações e telegramas ao parlamento, assinadas pelo maior número possível de caixeiros e marçanços", e acrescenta-se, no fim estas palavras: "dentro da coerência da acção directa".

As "Relações Nacionais", depois de manifestada a discordância de Elisio Esteves com o artigo 3.º e discutida ponderadamente a necessidade dos empregados no comércio continuarem a denegar o benefício da "Caixa de Solidariedade", são, por proposta de Eduardo Relvas, aprovadas por aclamação e entre vivas à C. G. T., seguindo-se as "Relações Internacionais".

Em face de tudo isto, e ainda para dignidade da organização e para seu prestígio, deve continuar o Congresso com o número de delegados presentes, pois que a responsabilidade dos factos consumados irá àqueles que mais tarde serão julgados nos seus actos de militância.

E' apresentada uma proposta que nomeia uma comissão a fim de procurar os congressistas ausentes para que eles voltem ao Congresso. Nessa comissão estava indicado o nome de Santos Arranha, o qual perentoriamente se recusa a tomar parte nela.

São apreciadas as teses "Métodos de luta" "Descanso Dominical" e "Relações Nacionais"

João Ferreira Cabecinha imputa a responsabilidade do conflito a ambas as partes. De princípio notou que existia qualquer coisa de estranho. Os acontecimentos, porém, agravaram-se com as intrinsecas que se foram acentuando. Se elas não fossem tão pronunciadas, certamente não se chegava a esta lamentável situação.

Depois de mais alguns congressistas se pronunciarem sobre a questão, fica resolvido que o Congresso prosiga com o número de delegados presentes, entrando em discussão, a requerimento de Luis António de Carvalho, as conclusões da tese "Métodos de luta", usando da palavra o relator, João Cabecinha. Lino, Luis Carvalho e Eduardo Relvas, o qual propõe, e é aprovado, a eliminação da conclusão 3.ª, ficando prejudicada a 4.ª.

Luis António de Carvalho requer que a tese "Sobre deficiências da organização e meios de combater" seja dada o mesmo destino que levaram as teses "Nova estrutura da organização" e o "Projecto de estatutos". Unanimemente é aprovado.

Serve-se a tese "Caixa de auxilio aos caixeiros".

João Cabecinha fôr encarregado, pelo autor, de defender a tese. Mas mesmo reconheça as boas intenções do referido autor, acha impraticável a doutrina da tese, merecendo as suas grandes deficiências.

Vieira Alves, em vista da tese estabelecendo colaboração com patrões, delegados do governo, etc., entende que ela não deve ser discutida, conquanto também reconheça as boas intenções de Oliveira Lanza.

Elisio Esteves apresenta uma moção pela qual, ouvidas as explicações de Cabecinha, o Congresso passa ao resto da ordem dos trabalhos, discutindo-se as conclusões da tese "Descanso Dominical", de Inácio Vaz da Cruz. Depois de falarem vários congressistas e o secretário geral da C. G. T., um combatente da colaboração com o Estado na manufatura de leis, outros defendendo-a como uma necessidade imediata para a execução do descanso em todo o país — foram aprovadas as conclusões da tese, com emendas apenas nas alíneas b) e d) da 3.ª conclusão. A redacção da alínea b) fica desta maneira: "Sempre que o Estado solicite indicações para o restabelecimento legal do descanso, ser-lhe-ão fornecidas". A alínea d) corta-se-lhes as frases: "por representações e telegramas ao parlamento, assinadas pelo maior número possível de caixeiros e marçanços", e acrescenta-se, no fim estas palavras: "dentro da coerência da acção directa".

As "Relações Nacionais", depois de manifestada a discordância de Elisio Esteves com o artigo 3.º e discutida ponderadamente a necessidade dos empregados no comércio continuarem a denegar o benefício da "Caixa de Solidariedade", são, por proposta de Eduardo Relvas, aprovadas por aclamação e entre vivas à C. G. T., seguindo-se as "Relações Internacionais".

Em face de tudo isto, e ainda para dignidade da organização e para seu prestígio, deve continuar o Congresso com o número de delegados presentes, pois que a responsabilidade dos factos consumados irá àqueles que mais tarde serão julgados nos seus actos de militância.

E' apresentada uma proposta que nomeia uma comissão a fim de procurar os congressistas ausentes para que eles voltem ao Congresso. Nessa comissão estava indicado o nome de Santos Arranha, o qual perentoriamente se recusa a tomar parte nela.

São apreciadas as teses "Métodos de luta" "Descanso Dominical" e "Relações Nacionais"

João Ferreira Cabecinha imputa a responsabilidade do conflito a ambas as partes. De princípio notou que existia qualquer coisa de estranho. Os acontecimentos, porém, agravaram-se com as intrinsecas que se foram acentuando. Se elas não fossem tão pronunciadas, certamente não se chegava a esta lamentável situação.

Depois de mais alguns congressistas se pronunciarem sobre a questão, fica resolvido que o Congresso prosiga com o número de delegados presentes, entrando em discussão, a requerimento de Luis António de Carvalho, as conclusões da tese "Métodos de luta", usando da palavra o relator, João Cabecinha. Lino, Luis Carvalho e Eduardo Relvas, o qual propõe, e é aprovado, a eliminação da conclusão 3.ª, ficando prejudicada a 4.ª.

Luis António de Carvalho requer que a tese "Sobre deficiências da organização e meios de combater" seja dada o mesmo destino que levaram as teses "Nova estrutura da organização" e o "Projecto de estatutos". Unanimemente é aprovado.

Serve-se a tese "Caixa de auxilio aos caixeiros".

João Cabecinha fôr encarregado, pelo autor, de defender a tese. Mas mesmo reconheça as boas intenções do referido autor, acha impraticável a doutrina da tese, merecendo as suas grandes deficiências.

Vieira Alves, em vista da tese estabelecendo colaboração com patrões, delegados do governo, etc., entende que ela não deve ser discutida, conquanto também reconheça as boas intenções de Oliveira Lanza.

Elisio Esteves apresenta uma moção pela qual, ouvidas as explicações de Cabecinha, o Congresso passa ao resto da ordem dos trabalhos, discutindo-se as conclusões da tese "Descanso Dominical", de Inácio Vaz da Cruz. Depois de falarem vários congressistas e o secretário geral da C. G. T., um combatente da colaboração com o Estado na manufatura de leis, outros defendendo-a como uma necessidade imediata para a execução do descanso em todo o país — foram aprovadas as conclusões da tese, com emendas apenas nas alíneas b) e d) da 3.ª conclusão. A redacção da alínea b) fica desta maneira: "Sempre que o Estado solicite indicações para o restabelecimento legal do descanso, ser-lhe-ão fornecidas". A alínea d) corta-se-lhes as frases: "por representações e telegramas ao parlamento, assinadas pelo maior número possível de caixeiros e marçanços", e acrescenta-se, no fim estas palavras: "dentro da coerência da acção directa".

As "Relações Nacionais", depois de manifestada a discordância de Elisio Esteves com o artigo 3.º e discutida ponderadamente a necessidade dos empregados no comércio continuarem a denegar o benefício da "Caixa de Solidariedade", são, por proposta de Eduardo Relvas, aprovadas por aclamação e entre vivas à C. G. T., seguindo-se as "Relações Internacionais".

Em face de tudo isto, e ainda para dignidade da organização e para seu prestígio, deve continuar o Congresso com o número de delegados presentes, pois que a responsabilidade dos factos consumados irá àqueles que mais tarde serão julgados nos seus actos de militância.

E' apresentada uma proposta que nomeia uma comissão a fim de procurar os congressistas ausentes para que eles voltem ao Congresso. Nessa comissão estava indicado o nome de Santos Arranha, o qual perentoriamente se recusa a tomar parte nela.

São apreciadas as teses "Métodos de luta" "Descanso Dominical" e "Relações Nacionais"

João Ferreira Cabecinha imputa a responsabilidade do conflito a ambas as partes. De princípio notou que existia qualquer coisa de estranho. Os acontecimentos, porém, agravaram-se com as intrinsecas que se foram acentuando. Se elas não fossem tão pronunciadas, certamente não se chegava a esta lamentável situação.

Depois de mais alguns congressistas se pronunciarem sobre a questão, fica resolvido que o Congresso prosiga com o número de delegados presentes, entrando em discussão, a requerimento de Luis António de Carvalho, as conclusões da tese "Métodos de luta", usando da palavra o relator, João Cabecinha. Lino, Luis Carvalho e Eduardo Relvas, o qual propõe, e é aprovado, a eliminação da conclusão 3.ª, ficando prejudicada a 4.ª.

Luis António de Carvalho requer que a tese "Sobre deficiências da organização e meios de combater" seja dada o mesmo destino que levaram as teses "Nova estrutura da organização" e o "Projecto de estatutos". Unanimemente é aprovado.

Serve-se a tese "Caixa de auxilio aos caixeiros".

João Cabecinha fôr encarregado, pelo autor, de defender a tese. Mas mesmo reconheça as boas intenções do referido autor, acha impraticável a doutrina da tese, merecendo as suas grandes deficiências.

Vieira Alves, em vista da tese estabelecendo colaboração com patrões, delegados do governo, etc., entende que ela não deve ser discutida, conquanto também reconheça as boas intenções de Oliveira Lanza.

Elisio Esteves apresenta uma moção pela qual, ouvidas as explicações de Cabecinha, o Congresso passa ao resto da ordem dos trabalhos, discutindo-se as conclusões da tese "Descanso Dominical", de

Agenda de A BATALHA

CALENDÁRIO DE SETEMBRO

| Q. | 5 | 12 | 19 | 26 | HOJE O SOL |
|------------|----------|----|----|----|------------|
| Aparece | às 6,15 | | | | |
| Desaparece | às 18,50 | | | | |
| S. | 1 | 8 | 15 | 22 | 29 |
| 1 | 8 | 15 | 22 | 29 | |
| 2 | 9 | 16 | 23 | 30 | |
| 3 | 10 | 17 | 24 | 1 | |
| 4 | 11 | 18 | 25 | 2 | |
| 5 | 12 | 19 | 26 | 3 | |
| 6 | 13 | 20 | 27 | 4 | |
| 7 | 14 | 21 | 28 | 5 | |
| 8 | 15 | 22 | 29 | 6 | |
| 9 | 16 | 23 | 30 | 7 | |
| 10 | 17 | 24 | 1 | 8 | |
| 11 | 18 | 25 | 2 | 9 | |
| 12 | 19 | 26 | 3 | 10 | |
| 13 | 20 | 27 | 4 | 11 | |
| 14 | 21 | 28 | 5 | 12 | |
| 15 | 22 | 29 | 6 | 13 | |
| 16 | 23 | 30 | 7 | 14 | |
| 17 | 24 | 1 | 8 | 15 | |
| 18 | 25 | 2 | 9 | 16 | |
| 19 | 26 | 3 | 10 | 17 | |
| 20 | 27 | 4 | 11 | 18 | |
| 21 | 28 | 5 | 12 | 19 | |
| 22 | 29 | 6 | 13 | 20 | |
| 23 | 30 | 7 | 14 | 21 | |
| 24 | 1 | 8 | 15 | 22 | |
| 25 | 2 | 9 | 16 | 23 | |
| 26 | 3 | 10 | 17 | 24 | |
| 27 | 4 | 11 | 18 | 25 | |
| 28 | 5 | 12 | 19 | 26 | |
| 29 | 6 | 13 | 20 | 27 | |
| 30 | 7 | 14 | 21 | 28 | |
| 31 | 8 | 15 | 22 | 29 | |

MARÉS DE HOJE

Pratamar às 4,24 e às 4,45
Baixamar às 9,54 e às 10,15

CAMBIOS

| Países | Moe- das | Hoje | Ontem |
|----------------|-------------|--------|--------|
| Alemanha | Marcos | 83,25 | 83,25 |
| Áustria | Schillings | 13,50 | 13,50 |
| Belgíca | Francos | 20,35 | 20,35 |
| Dinamarca | Cronas | 16,60 | 16,60 |
| Espanha | Pesetas | 166,64 | 166,64 |
| Estados Unidos | Dólares | 20,35 | 20,35 |
| Francia | Francos | 20,35 | 20,35 |
| Grã-Bretanha | Libras | 106,56 | 106,56 |
| Holanda | Florins | 20,35 | 20,35 |
| Itália | Liras | 20,35 | 20,35 |
| Suécia | Kronas | 16,60 | 16,60 |

MOVIMENTO MARÍTIMO

| Vapores e destinos | Dias |
|--|------|
| «Dorcas», Rio de Janeiro, Santos e Buenos Aires | 15 |
| «General Boga», portos do Brasil e Argentina | 15 |
| «Adolph Woermann», Southampton, Rotterdam e Hamburgo | 19 |
| «Wesckel», Rio de Janeiro, Montevideo e Buenos Aires | 21 |
| «Alondra», Madeira e Canárias | 24 |
| «Castor», Trieste, Fiume e Veneza | 24 |
| «Doga», Adelaide, Melbourne, Beauty Point, Hobart, Sydney | 25 |
| «Lutetia», portos do Brasil e Argentina | 25 |
| «Cap Polono», Hamburgo | 25 |
| «Baron Semplari», Glasgow | 25 |
| «Baron Douglas», Glasgow | 25 |
| «Kedond», Lóbio, Benguela, com baldeação para Landana, Cabinda, São António do Zaire, Ambriz, Ambriz, Porto Alexandre e Mossamedes | 25 |
| «Martini», para Casablanca | 25 |
| «Gotha», Vigo e Bremen | 26 |
| «A. Villaret», Ténifres, Dakar, Conakry, Tabon, Grand Bazar, Cotonon, Donnia, Libreville, Port Gentil e Matadi | 27 |
| «Hildebrand», Liverpool | 27 |
| «Arlanza», Vigo, Cherbourg e Southampton | 28 |

HORARIO DOS COMBOIOS

| Paris-Calais-Londres | Partida | Chegada |
|---|---------|---------|
| «Paris-Express» às 12-25 | 12-25 | 13-25 |
| «Madrid-Paris» (Directo) | 14-25 | 15-25 |
| «Paris-Rosário» às 11-40 (segundas, quartas e sábados) | 11-40 | 12-40 |
| «Paris-Rosário» às 15-15 (segundas, quartas e sextas-feiras, com lugares de luxo) | 15-15 | 16-15 |
| «Pôrto-Galiza» | 17-20 | 18-20 |
| «Paris-Rosário» às 18-40 (segundas, quartas e sábados) | 18-40 | 19-40 |
| «Paris-Rosário» às 19-20 (segundas, quartas e sábados) | 19-20 | 20-20 |
| «Paris-Rosário» às 20-20 (segundas, quartas e sábados) | 20-20 | 21-20 |
| «Paris-Rosário» às 21-20 (segundas, quartas e sábados) | 21-20 | 22-20 |
| «Paris-Rosário» às 22-20 (segundas, quartas e sábados) | 22-20 | 23-20 |
| «Paris-Rosário» às 23-20 (segundas, quartas e sábados) | 23-20 | 24-20 |
| «Paris-Rosário» às 24-20 (segundas, quartas e sábados) | 24-20 | 25-20 |
| «Paris-Rosário» às 25-20 (segundas, quartas e sábados) | 25-20 | 26-20 |
| «Paris-Rosário» às 26-20 (segundas, quartas e sábados) | 26-20 | 27-20 |
| «Paris-Rosário» às 27-20 (segundas, quartas e sábados) | 27-20 | 28-20 |
| «Paris-Rosário» às 28-20 (segundas, quartas e sábados) | 28-20 | 29-20 |
| «Paris-Rosário» às 29-20 (segundas, quartas e sábados) | 29-20 | 30-20 |
| «Paris-Rosário» às 30-20 (segundas, quartas e sábados) | 30-20 | 31-20 |
| «Paris-Rosário» às 31-20 (segundas, quartas e sábados) | 31-20 | 1-20 |

Conselho Técnico da Construção Civil

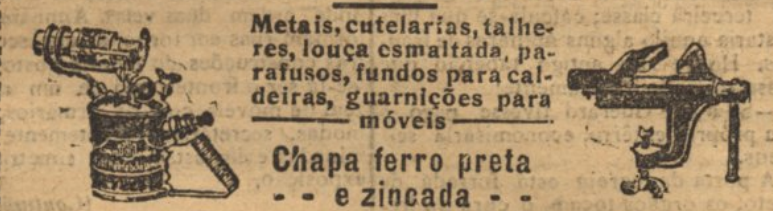
Encarrega-se da execução de todos os trabalhos que digam respeito à sua indústria, tais como: edificações, reparações, limpeza, construção de fornos em todos os géneros, jazigos em todos os estilos, fogões de sala, xadres, frentes para estabelecimentos e todos os trabalhos em cantarias e mármore de todas as proveniências.

Telefone, C. 5339

Escritório: Calçada do Combro, 38-A, 2.º

Valério, Lopes & Ferreira, L.ª

FERRAGENS E FERRAMENTAS



Metais, cutelarias, talheiros, louça esmaltada, parafusos, fundos para aldrabas, guarnições para móveis

Chapa ferro preta e zincada

Chapa de zinco, latão e cobre, antimónio, balanças, pesos e medidas, cravo para ferro, serras circulares e de fita, etc.

TELEFONO 3930, N. GRAMAS, FERRAGENS

84, Rua do Amparo, 86--LISBOA

Calçado

Sapataria do Calhariz

(em frente da Rua das Chagas)

Grandes abatimentos

em todos os calçados existentes

A 28\$00

UM LOTE de 150 pares de sapatos, pequenos, abotinados de cal preto, salto de sola, cujo valor é de 40\$00.

A 13\$00

GRANDE lote de sapatos de lona, para senhora, pés pequenos, cujo valor é de 20\$00.

A 20\$00

GRANDE lote de sapatos de camurça de cor, outro lote de cal de cor da moda e em verniz.

A 20\$00

UM grande lote de sapatos para senhora em esplêndido chevron preto, com salto à francesa, pés pequenos, cujo valor é de 30\$00.

A 45\$00

UM LOTE de 250 pares de botas, pés pequenos, para homem, cal de cor, cujo valor é de 75\$00.

A 30\$00

GRANDE lote de sapatos de verniz, presilhas traçadas, salto Luis XV, cujo valor é de 40\$00.

A 53\$00

BOTAS de cor, cujo valor é de 70\$00.

SANDALIAS

GRANDE SORTIMENTO com grandes diferenças de preços.

PARA FOOT-BALL

Vendemos todos estes calçados — 30 a 40% mais barato —

Grande sortimento em calçados casuais, chinelos de quarto, moccasins, calçados das mais recentes novidades para homens, senhoras e crianças, que tudo se vende com grandes diferenças de preços.

A todo o cliente que no acto da compra apresentar este anúncio um bônus de 5%.

Sapataria do Calhariz

Largo do Calhariz, 33

(em frente da Rua das Chagas)

Camaradas: é o n.º 60 da Rua Arco Marqués de Alegrete onde encontram calçado em todas as qualidades e por preços sem competição. Fazem-se medidas e consertos.

VÃO LÁ! — VÃO LÁ!

CAMINHOS DE PEDRO PORTUGUESES

Aviso ao público

2.º aditamento ao Aviso ao Público A. n.º 53

Apeadeiro de Cacia

A partir de 15 de Setembro de 1923 o apeadeiro de Cacia passa a prestar, além do serviço previsto na nota 5 do Aviso ao Público A. n.º 53 de 26 de Dezembro de 1922, o serviço de mercadorias de detalhe em pequena velocidade de paragem de peso individual até 200 quilogramas.

O serviço de mercadorias em grande velocidade é ampliado a volumes de peso individual até 200 quilogramas.

Ficam em vigor as disposições do Aviso ao Público A. n.º 53, de 26 de Dezembro de 1922, em tudo que não seja contrário ao disposto no presente.

Lisboa, 7 de Setembro de 1923.

O Director Geral da Companhia

Ferreira de Mesquita

A Velhice do Padre Eterno

Acaba de aparecer uma nova edição popular ao preço de 75\$00 encadernada em 4\$00 brochada, pelo correio registado mais 50\$.

Pedidos à administração de A. Batalha.

Nicolau Gomes Correia

ALFAIATE-MERCADOR

Grande sortido de lanifícios para homem e senhora, comprados directamente nas fábricas, o que lhe permite vender mais barato.

Grande variedade de sobretudos e capas à alentejana, casacos para senhora

.. já confeccionados ..

Aviamentos para alfaiates

R. dos Fanqueiros, 255

DICCIONARIO DA Língua Portuguesa

por Cândido de Figueiredo

O mais completo até hoje publicado

Preço 130\$00

Pelo correio mais 3 escudos

Pedidos à administração de A. BATALHA

Tabacaria A NACIONAL

DE MARQUES & MARQUES

Tobacos nacionais e estrangeiros, jornais, figurinos, postais ilustrados, livros, artigos de papelaria, selos, papel selado, artigos para fumadores

LOTARIAS

Agua, cerveja e refrigerantes

38, Rua da Mouraria, 38-A LISBOA

PERAL, L.ª

(ex-empregado da CASA PINHEIRO)

Tecidos de lã, seda e algodão

Grande sortido em todas as qualidades e a preços sem competição

Novidades para estação de verão ENVIAM-SE AMOSTRAS E ENCOMENDAS PARA TODO O PAÍS

1.º R. DA PRATA, 82 a 86

Telefone, 77-C

Tabacaria A NACIONAL

DE MARQUES & MARQUES

Tobacos nacionais e estrangeiros, jornais, figurinos, postais ilustrados, livros, artigos de papelaria, selos, papel selado, artigos para fumadores

LOTARIAS

Agua, cerveja e refrigerantes

38, Rua da Mouraria, 38-A LISBOA

PERAL, L.ª

(ex-empregado da CASA PINHEIRO)

Tecidos de lã, seda e algodão

Grande sortido em todas as qualidades e a preços sem competição

Novidades para estação de verão ENVIAM-SE AMOSTRAS E ENCOMENDAS PARA TODO O PAÍS

1.º R. DA PRATA, 82 a 86

Telefone, 77-C

Tabacaria A NACIONAL

DE MARQUES & MARQUES

Tobacos nacionais e estrangeiros, jornais, figurinos, postais ilustrados, livros, artigos de papelaria, selos, papel selado, artigos para fumadores

LOTARIAS

Agua, cerveja e refrigerantes

38, Rua da Mouraria, 38-A LISBOA

PERAL, L.ª

(ex-empregado da CASA PINHEIRO)

Tecidos de lã, seda e algodão

IMPORTANTE

SEGUROS MARITIMOS

«A MUNDIAL» participa a todos os seus clientes que celebraram contratos com os mais importantes resseguradores, ficando assim habilitada a cobrir os riscos marítimos em condições das mais vantajosas e dentro da máxima garantia.

Vantagens especiais em apólices fluctuantes.

Dirigir-se a



A MUNDIAL

COMPANHIA DE SEGUROS

Capital integralmente realizado, Esc. 500.000\$00—Reservas, Esc. 749.051\$60,9

SEDE EM LISBOA DELEGACAO NO PORTO

Rua Garrett, 95—Tel. 3894 R. Sá da Bandeira, 331, 1.º

PAPELARIA VIUVA MARQUES

TELEFONE C. 2476

ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E LIVROS COMERCIAIS

36—RUA DO OURO—LISBOA

CHAVES DO CONDE BARÃO

FATOS, SOBRETUDOS

E CAPAS ALENTEJANAS

GRANDE SORTIDO

FEITOS E POR MEDIDA

PARA HOMENS E RAPAZES

PELO PREÇO QUE CUSTA HOJE SÓ O FEITO

170, RUA DA BOA VISTA, 172

(O CHAVES DO CONDE BARÃO)

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO

CHAVES DO CONDE BARÃO